

1. INTRODUÇÃO

Há muitos anos o uso dos uniformes tem feito parte da vida de trabalhadores como operários, aeromoças, militares, funcionários de diversas empresas, empregados domésticos, e, talvez o mais conhecido: o uniforme escolar.

Frequentamos diversos lugares em que podemos observar muitas pessoas vestindo uniformes e prestando seus serviços, mas, alguma vez nos perguntamos o motivo e o que há por trás desse uso? Acreditamos que seja algo normal os padrões decidirem por seu uso e que as pessoas os usem sem nenhum problema. Mas nem sempre é o que acontece.

Provavelmente, muitos devem se lembrar do caso das babás que frequentavam o clube de luxo Pinheiros, no Itaim, e que só poderiam continuar frequentando o espaço se estivessem devidamente uniformizadas, com roupas brancas da cabeça aos pés. A decisão do próprio clube com a aprovação do Ministério Público, considera que quem decide se o empregado usa ou não o uniforme é seu empregador. O que motiva essa decisão? Por que não podem usar suas próprias roupas?

Estas e muitas questões surgiram e o caso com as babás foi apenas um *start* para pensar nos outros empregados uniformizados e na forma com que isso impacta a sociedade. Então, procuramos, no presente trabalho, aprofundar nossos conhecimentos sobre esse uso para buscarmos respostas sobre estas e outras dúvidas sobre a representatividade e as funções desse traje padronizado.

Focamos então em um uniforme específico: os domésticos. A partir dessa escolha fizemos uma pesquisa sobre o que o uniforme simboliza, não só os domésticos, mas com os outros tipos que também são conhecidos e usados, buscamos contextualizar seu uso em diferentes épocas e lugares,

além de fazer uma breve reflexão para tentar entender a função de seu uso até os dias atuais.

2. SIMBOLISMO DO UNIFORME

Existem diversos tipos de uniforme usados para as mais diversas funções, como os estudantes ou os operários. Provavelmente, os mais famosos e reconhecidos uniformes sejam os dos militares, que também podemos chamar de farda, e os das aeromoças. Assim, podemos identificar um militar ou uma aeromoça apenas através de sua vestimenta. Mas os uniformes que são usados por militares, estudantes, operários, funcionários de limpeza, entre outros, vão além de uma roupa padronizada e acreditamos que há um significado e uma razão para tais usos. Uma delas, é o fato de que ele serve como equalizador social ou de estilo.

A palavra uniforme deriva do latim *uniformis*, em que *unis* significa único, e *formis*, forma. Ou seja, algo que possui uma única forma, que não há variação e que não se distingue. Segundo Daniel Roche, a origem dos uniformes é relativamente recente: o vocábulo e a indumentária têm menos de três séculos e surge no contexto militar, com as tropas francesas. “Entre o desfile e a batalha nasce o prestígio do uniforme, que, paradoxalmente, só adquire toda a sua força na sociedade igualitária do século XIX.” (1989, pg. 230)

Muito embora seja essa sua etimologia, é só observarmos os usos do uniforme em nosso cotidiano para perceber que ele não distingue *em partes*. Ao mesmo tempo que uma empresa, organização ou instituição impõe o uso do uniforme para equalizar seus funcionários, eles são automaticamente diferenciados de outros grupos sociais fora de seu ambiente de trabalho, ou até mesmo dentro dele, indicando uma hierarquia de sua empresa ou companhia. Geralmente, é fácil saber através dos uniformes o local onde a pessoa trabalha ou estuda.

Um bom exemplo de uniforme equalizador é o escolar. Dentro das escolas encontram-se alunos de diversas origens, classes sociais e raças. As escolas, com a intenção de evitar atos discriminatórios entre os alunos devido

às suas diferenças, aposta que as roupas padronizadas sejam a melhor forma de resolver esse problema. Com isso, crianças e adolescentes ficariam iguais perante uns aos outros, pelo menos na aparência, não havendo distinção de poder aquisitivo. O uniforme acaba sendo também um meio para que os pais de baixo poder aquisitivo economizem com roupas diferentes para serem usadas todos os dias em que seus filhos vão à aula, pois muitos pais não possuem condições de pagar por roupas de grife ou roupas consideradas da moda por seus filhos. Sendo assim, o aluno se sente confortável ao vestir a mesma roupa que o outro colega. Segundo Russel Eppinger (2014), “os diretores relataram que as crianças muitas vezes sentem menos pressão social quando todos na escola se vestem da mesma maneira.”¹

Além de servir como equalizador, pressupõe-se que a pessoa que porta o uniforme cumpra com todas as normas, pense e aja de acordo com o lema do seu local de trabalho ou de sua escola. No caso de uma empresa, o uso do uniforme pode representar também a perda da subjetividade. Ao apagar sua individualidade o sujeito passará a ser visto como uma engrenagem, obedecendo comandos e usando trajés determinados por outra pessoa. Ou seja, tirando qualquer liberdade de expressão dentro de um determinado ambiente, como afirma Alison Lurie (1997, p.63):

Independente do tipo – militar, civil ou religioso; a roupa de um general, de um carteiro, de uma freira, de um mordomo, de um jogador de futebol, ou de uma garçonete, vestir uma dessas fardas é abdicar o direito de agir individualmente, - em termos de discurso falado é estar, parcial ou totalmente, sob censura.

Paradoxalmente, em relação às mulheres, o uniforme foi um importante elemento em sua emancipação no ambiente de trabalho. No início do século XX, os espaços laborais eram predominantemente masculinos. Enquanto os homens usavam roupas funcionais, que ajudavam na sua mobilidade e ofereciam conforto na realização de seus ofícios, as mulheres ainda tinham que usar espartilhos, saias armadas, roupas desconfortáveis que as impediam de exercer qualquer atividade e que as afastavam do mercado de trabalho, assim conferindo a elas uma única posição dentro da sociedade: mães de família e donas de casa. Porém, quando elas começaram a

¹ Tradução nossa.

frequentar fábricas e comércios, alguns trajes práticos, semelhantes ao masculino, foram criados para elas. O movimento sufragista, iniciado no final do século XIX, certamente teve um papel decisivo nesse processo, quando as mulheres criaram campanhas e foram às ruas para exigir igualdade de gênero e o direito do voto feminino, em uma época em que as mulheres eram praticamente avulsas à sociedade, sem os mínimos direitos políticos e econômicos e com um tratamento pior que o dos homens dentro das fábricas e indústrias. Se o tratamento que os homens já recebiam não era bom, o das mulheres era muito pior. O movimento sufragista garantiu o direito de voto às mulheres, no entanto, o feminismo ainda é uma luta constante nos dias de hoje. Sendo assim, a antropóloga social Rita de Cássia Farias (2011, p.64) afirma:

As mulheres solteiras da classe média, que trabalhavam fora e desfrutavam de relativa independência, distinguiam-se das casadas pelo vestuário, pois incorporavam mais elementos do vestuário masculino.

Na medida em que a atuação feminina no ambiente de trabalho se ampliava, o traje tornava-se mais simples e prático, o que revela o quanto **o vestuário pode ter um caráter opressor ou emancipador, dependendo do contexto em que são criados e usados.**²

Como destacamos acima, “o uniforme pode ter caráter opressor ou emancipador, dependendo do contexto em que são criados e usados”. Podemos refletir a esse respeito tomando como exemplo o próprio uniforme fabril.

Ao invés de incorporar elementos masculinos, por que não incorporar elementos femininos, como as saias, que sejam simples e práticos como os masculinos? Rita de Cássia Farias, em seu estudo sobre o uniforme feminino na Siderúrgica Usiminas, em Ipatinga, relata essa dificuldade. No início, a maioria de seus funcionários eram homens e todos usavam uniformes iguais, sem distinção de hierarquia ou gênero. Aos poucos as mulheres começaram a integrar a equipe da siderúrgica e também tinham que usar os tais uniformes, assim como todos os funcionários e seus superiores. Não podiam usar saias com a justificativa de que seria muito sensual e provocaria nos homens um certo desejo em relação as mulheres, inclusive quando fossem

² Grifo nosso.

subir as escadas do local. Mantendo, então, sua feminilidade escondida através de roupas iguais as dos homens e o ambiente de trabalho continuaria em ordem.

É curioso, portanto, observar que enquanto as aeromoças podiam usar uniformes elegantes, compostos por saias, camisas ou *tailleurs* bem cortados, as funcionárias da Usiminas deveriam usar um traje idêntico ao dos homens, composto de calça e camisas com mangas e com corte amplo, pois assim seriam respeitadas por seus colegas de trabalho, uma vez que os funcionários homens não resistiriam a uma mulher de saia, bem vestida e arrumada.

O uniforme das comissárias de bordo também é eloquente sobre os espaços conquistados pelas mulheres no século XX. O que talvez poucos saibam, é que quando surgiram as primeiras aeronaves, as mulheres eram proibidas de voar, pois os aviões eram considerados inseguros. Os que se atreviam a voar, eram considerados aventureiros, apenas os homens corriam esse risco. A forma que utilizaram para conseguirem entrar dentro de uma aeronave foi propor que enfermeiras acompanhassem o voo, podendo garantir a saúde e segurança dos passageiros, e, como afirma Farias (2011, p.66), “usavam uniforme de enfermagem no serviço e eram vistas como ‘anjos da guarda’.” Mas não era qualquer mulher que poderia se tornar uma delas. De acordo com Farias (2011, p.66):

As companhias aéreas faziam várias exigências às aeromoças: elas deveriam ser jovens, enfermeiras, solteiras, sem filhos, possuir um padrão de peso e altura, além de serem belas, charmosas, elegantes, amáveis e sorridentes. (CEAB, 2008). Os artifícios que envolviam a aparência dessas profissionais levaram à substituição da imagem do “anjo da guarda” pela do *glamour*. Assim, o uniforme tornou-se o principal símbolo do encanto da aviação e repercutiu em todo o mundo.

A companhia Air France chegou até a fazer uniformes em parceria com grifes renomadas para fomentar ainda mais esse *lifestyle* luxuoso que eles sugeriam. O cinema e a publicidade também contribuíam para passar a imagem de que a vida nas alturas era puro glamour e que as aeromoças eram o protótipo adorado e almejado, ocultando os percalços e as dificuldades dessa

profissão.



Figura 2 Uniformes das aeromoças. Fonte: <http://universoretro.com.br/uniformes-das-aeromocas-de-1930-a-1980/>



É possível concluir que a função e o prestígio do uniforme se deve, majoritariamente, ao ambiente em que se está inserido e a quem o usa, podendo muitas vezes transitar entre o luxuoso e o depreciativo, o moderno e o antiquado, o bonito e o feio. Não há uma regra geral para a adaptação de determinados trajes, mas podemos presumir que as pessoas consideradas hierarquicamente superiores acreditam em certas razões que tornam o uso do uniforme indispensável, determinando o que os seus subordinados devem vestir.

3. UNIFORMES DOMÉSTICOS

Não é tarefa das mais simples localizar os dados para reconstituir uma história dos uniformes domésticos para tentar entender como eles eram usados. Sabe-se que nas cortes aristocráticas europeias da Idade Moderna já havia uma preocupação em distinguir criados de nobres. Podemos, como exemplo, nos voltar à corte do rei Luis XIV, na França. O “rei-sol”, como era conhecido, tinha uma grande preocupação com a moda. A nobreza costuma investir muito dinheiro em roupas, pois a vestimenta servia como indicador social e discriminava os ricos dos pobres. Aos ricos conferia a extravagância e o luxo. Como afirma Roche, “era um símbolo no desfile social das posições e condições.” (1989, p.117). Essa preocupação estendia-se aos seus subordinados:

É significativo que, nesse mundo das aparências, o traje dos criados domésticos tinha o propósito de ser uma demonstração adicional da onipotência dos seus senhores. Por meio das roupas, os criados eram introduzidos nos hábitos de consumo que eles, por sua vez, passavam adiante a outros setores da população.(ROCHE, 1989, p. 117)

Os empregados acabavam movimentando o mercado econômico da moda movidos pelo desejo de equiparação de seus senhores em relação aos seus trajes elegantes. Naquela época, os componentes das vestes da população eram homogêneos e todos se vestiam com as mesmas peças, o que distinguia sua posição social era apenas a quantidade e a qualidade das roupas. Ou seja, quanto mais peças de roupas o indivíduo possuía, considerava-se que mais dinheiro ele tinha e podia investir em mais roupas, além de poder adquirir trajes feitos com tecidos mais caros e mais bonitos. Neste caso, o linho e a seda eram os tecidos mais utilizados pela nobreza, enquanto os criados usavam roupas feitas de algodão e lã. Em suas roupas prevaleciam as cores sóbrias, como preto, marrom e cinza, sinal de elegância. (ROCHE, 1989)

Ainda falando dos criados domésticos, na época do reinado de Luis XIV, eram considerados uma classe intermediária entre os nobres e os pobres, por esse motivo, vestiam-se bem com roupas modernas e com adereços luxuosos. Portanto,

quanto mais luxuosas eram suas roupas, mais *status* era conferido aos seus senhores. Os senhores também possuíam a *libré*, considerada um traje de gala, que era utilizada para uniformizar e identificar seus empregados e que muitas vezes foi motivo de rivalidade entre as famílias real e da aristocracia, pois como dito anteriormente, quanto mais bem vestido o criado, mais *status* tinha o seu senhor. “(...) as librés eram esplêndidas e custosas, talhadas em tecidos ricos, guarnecidas de franjas, galões e botões caros, em cores selecionadas e brilhantes (...)” (ROCHE, 1989, p.111)

Naquela época existiam as leis suntuárias, que serviam para controlar os gastos abusivos com as roupas. Ou seja, evitavam que a classe inferior se trajasse como os nobres e a aristocracia, que exigiam que os pobres se portassem como tal, sem adquirir nenhuma característica da nobreza em seu vestuário.

Sendo assim, esses excessos da moda chamaram a atenção das autoridades, que, visando o controle, tentavam limitar o uso das *librés* e de seus ornamentos com a justificativa de que:

As librés luxuosas ostentadas por criados domésticos audaciosos e insolentes podiam lhes garantir impunidade ou mobilizar uma multidão hostil. Elas punham em risco a ordem social por seu uso excessivo, prejudicial às riquezas das famílias, e por ocultarem a verdadeira posição social de empregadores e criados. (ROCHE, 1989, p. 112)

As *librés*, assim como as leis suntuárias, foram finalmente abolidas pela Assembleia Constituinte, em 1789. A Revolução Francesa entendia que o uso desses trajes era uma forma dos criados se manterem presos a seu *status* servil e, por isso, pôs fim às vestes extravagantes dos empregados.

Já no Brasil, em relação à uma possível história do uniforme, podemos refletir sobre a época da escravidão, que aconteceu entre os séculos XVI e XIX e foi marcada por um contraste social muito grande. Os escravos eram de posse dos seus senhores e prestavam diversos serviços domésticos que lhes eram ordenados. A hierarquia era severamente demarcada, os brancos constituíam a “casa grande”, seu local de moradia, e os negros africanos, a senzala, vivendo em ambientes precários e alvos de um tratamento pífio.

No sertão nordestino, havia mulheres escravas e não-escravas, e a aparência dessa era muito diferente daquela. A mulher da elite brasileira era muito diferente da

européia aristocrática, que se vestia com vestidos amplos e exuberantes. Era mais simplória, usava duas saias de algodão por baixo de uma saia principal com uma camisa que também viria por baixo de uma outra de mangas compridas, com bordados e plissados. Ao invés de usar joias, usavam gargantilhas de veludo, acessórios de prata ou ouro nos cabelos e calçavam botas de couro de cano curto, confeccionadas pelos escravos. (DEL PRIORE, 2000)

A mulher escrava não possuía nenhum desses luxos; pelo contrário, usava uma blusa que mais parecia uma bata larga por cima de uma ou duas saias feitas somente de algodão. Essas roupas, na verdade, eram trapos ou sobras de tecidos ou de sacos que elas acabavam transformando em suas vestes. Poderiam trazer também algumas marcas em seus corpos oriundas de sua cultura africana.

É possível ver tais vestimentas em obras de dois artistas importantes à época: Debret e Rugendas. Esses, por muitas vezes retrataram os escravos brasileiros em algumas de suas obras.

Jean Baptiste Debret foi um pintor francês que viveu durante 15 anos no Brasil no estado do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Em suas obras ele retratou a vida real do Brasil Colonial, inclusive os senhores da casa grande e seus escravos, e como esses eram tratados.



Figura 3 "Um jantar brasileiro", Jean Baptiste Debret



Figura 5 "Uma senhora de algumas posses",

Jean Baptiste Debret



Figura 4 "Castigo Imposto Aos Negros",

Jean Baptiste Debret

Johann Moritz Rugendas foi um pintor alemão que, assim como Debret, em sua estadia de três no Brasil retratou a família imperial, negros e índios.



Figura 6 "Castigos Domésticos", Johann Moritz Rugendas



Figura 7 "Negro e Negra n'uma Fazenda de Café", Johann Moritz Rugendas

Nessas imagens podemos ver como os escravos se vestiam e observar a diferença entre eles e seus senhores. Suas roupas são vestidos ou saias bem amplas, assim como as camisas, lisas e sem estampas, de cores de tons terrosos

como bege, marrom, vermelho e branco, o que nos faz crer que são feitas dos trapos. Os homens, na sua maioria, usavam apenas calças e não vestiam camisa. É possível observar também que as roupas tinham amarrações para se manterem presas ao corpo, pois não havia costura e essa mão de obra não estava disponível para eles. Os pés dos escravos estavam sempre descalços. Esse fato era uma característica exclusiva dos escravos. Por isso, aqueles que conseguiam sua alforria compravam sapatos quase imediatamente.

Diante dessas imagens é possível perceber a desigualdade entre os brancos e negros na época da escravidão do Brasil. Enquanto os brancos tinham roupas de qualidade, fartura em suas mesas e casas com acomodações confortáveis, os negros ficavam sempre com as sobras, restos de tecidos que se tornavam roupas, comiam farinha como jantar e dormiam em lugares inapropriados.

Então, podemos concluir que tanto na França como no Brasil do século XIX, apesar de grandes diferenças das vestimentas dos empregados franceses em relação aos dos escravos brasileiros, a função de suas roupas era a mesma: distinguir as classes sociais, separando a nobreza da pobreza.

Apesar da falta de materiais sobre esse assunto específico, é possível considerar que essas diferenças tenham se mantido mesmo após a abolição da escravidão com os novos sistemas de contratação de empregados domésticos. Até hoje a regularização desse tipo de serviço no Brasil gera muita polêmica e as discussões são permeadas de preconceito de classe. Recentemente, houve uma tentativa de implementar o registro de carteira CLT para os empregados domésticos. Apesar do regime celetista ser uma maneira de sanar a dívida dos brancos com os negros desde o regime escravocrata, equiparando o trabalho doméstico com os outros tipos de empregos e oferecendo todos os seus direitos como férias, décimo terceiro salário, seguro desemprego, entre outros benefícios, há os que são contra, alegando que os acordos entre patrão e empregador não sejam tão favoráveis aos domésticos e algumas exigências daquele podem não agradar este.

4. ESTUDO DE CAMPO

Para tentar suprir a deficiência bibliográfica sobre o tema e o uniforme dos empregados domésticos, fizemos um estudo de campo, no qual visitamos alguns sites e contatamos alguns de seus fabricantes.

Quando falamos em “doméstica”, o que nos vem à cabeça? Provavelmente uma mulher com uma saia reta preta, camisa com gola rendada branca e um avental branco. Muitas vezes, esse traje é até usado como fetiche e encontrado em *sex shops* como algo sensual e que desperta desejo, mas na realidade, é bem diferente disso. Esses uniformes são muito comuns em casas onde há empregadas domésticas, pois alguns dos patrões costumam exigir que suas funcionárias façam uso do uniforme.

Ao visitar sites que vendem diversos tipos de uniformes pode-se notar que as vestimentas usadas pelas empregadas domésticas são iguais, independente da loja ou do fabricante, podendo mudar o tecido com o qual são confeccionadas: alguns feitos de brim, outros de poliéster ou por um tecido chamado Oxford. As cores não variam muito, e são neutras como preto, cinza, bege ou azul marinho. Nas suas descrições é alegado que a roupa é feita de material resistente, feita para aguentar as tarefas diárias dessas profissionais, que elas são confortáveis e que podem ser usadas em qualquer estação do ano.

Durante uma visita a uma loja de uniformes, o lojista respondeu algumas questões sobre as vendas e sobre os produtos oferecidos pelo estabelecimento. Eles fabricam e vendem uniformes diversos como os das domésticas, sociais, escolar e operacionais. Quando falado em uniformes domésticos, ele contou que o mais vendido é um conjunto de calça e jaleco confeccionados com tecido Oxford e na cor azul marinho. Este uniforme é adquirido, em 90% das vezes, pelos patrões oriundos das classes A ou B.

A escolha se dá em muitas vezes pela cor azul marinho, mas ainda há opção de ser preto ou cinza, mas tem pouca saída. Além da pequena variação de cores, há colarinhos diferenciados feitos de tecido *laisé*, com estampa *piéd de poule* ou gola xale. Há também, ao invés de calça, a saia e também com mangas curtas, mas

acontece o mesmo que com as cores: pouca aderência dos clientes. Opções de outros tecidos também são oferecidas, mas também não agradam e o uniforme de Oxford continua sendo o mais comercializado, vendido por setenta e oito reais.

Quando questionado sobre o tecido escolhido para a confecção dos uniformes, ele afirma que o Oxford é um tecido que não desbota, é fácil de lavar, tem secagem rápida e não amassa facilmente, além de ser resistente às atividades exercidas pelas domésticas e aos produtos químicos que podem manchar e até mesmo estragar as roupas. Outro fator é o valor do metro: é possível comprar um metro de Oxford por apenas três reais em média diminuindo o preço final ofertado ao cliente. Porém, é um tecido encorpado e mais rígido e, quando usado no verão, o usuário sente muito calor e quando usado no inverno, o uniforme não aquece, sendo necessário o uso de uma malha por baixo da veste, a qual também está à venda na loja.

O nome Oxford é uma alusão a cidade inglesa, pois é uma referência às camisas usadas pelos estudantes. É um tecido comumente utilizado para confeccionar camisas e roupas sociais, bem como os uniformes. Ele é um tecido com dois fios finos que se entrelaçam com um fio mais grosso, podendo ser 100% algodão, ou no caso do Oxford, utilizado nos uniformes uma mistura de poliéster e algodão. Possui também uma grande variedade de cores.

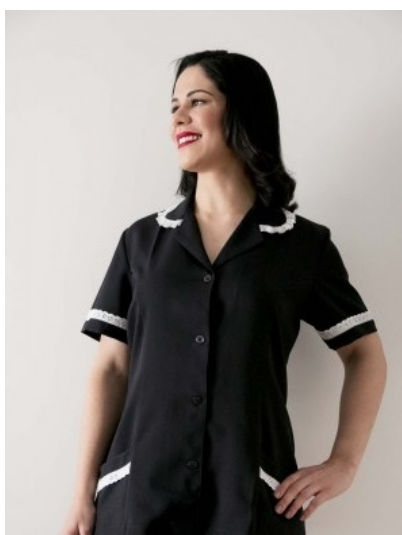


Figura 8 Uniforme em oxford com gola de laise

Algumas fabricantes também utilizam o brim e o gabardine em suas confecções. O brim também é um tecido resistente e pode ser feito de algodão, linho ou fibra sintética, muito usado no artesanato e na fabricação de roupas rígidas. Há uma variação conhecida como denim, tecido famoso por compor as calças jeans, peça versátil e usada mundialmente, sendo o Brasil um de seus principais produtores e pode ser encontrado à venda por, em média, oito reais o metro.

Assim como os dois tecidos falados anteriormente, a gabardine também é resistente com seus fios muito juntos e suas fibras podem ser de algodão, poliéster, uma mistura dos dois ou, o mais usado, fio têxtil de lã. Seu inventor foi Thomas Burberry, criador da *Burberry* e do icônico sobretudo da marca, produzido com gabardine. O sobretudo é uma peça usada em dias com muito vento ou chuva, pois seu tecido é impermeável e não deixa que a chuva ou o próprio vento o atravesse, aquecendo e mantendo seu usuário confortável, sendo o mesmo pensamento em relação ao uniforme, que como já dito, precisa suportar as atividades diárias e os produtos utilizados pelas domésticas. Sua média de preço é em torno de sete reais o metro.



Figura 9 Sobretudo de gabardine da Burberry

Pudemos reparar que apesar de alguns dos tecidos comentados terem uma grande variação de cores, as opções dos uniformes são poucas. Geralmente preto, cinza, azul ou bege. O azul marinho é preferência pelos clientes ao comprar o uniforme de seus empregados, pelo menos na loja que visitamos, mas também é

apreciado pela maioria das pessoas, segundo uma pesquisa feita na Alemanha com homens e mulheres de diversas idades. Arlindo Grund, consultor de moda, afirma que “o azul, a cor predileta para a maior parte das pessoas, carrega a virtude da simpatia, da harmonia e da capacidade intelectual” (GRUND, 2015, p.70).

Já o preto e o cinza estão entre as cores menos queridas. O cinza nos remete à coisas ruins, dias feios e nublados, pois está entre o preto e o branco, nem tão escuro nem tão claro, tornando-se acromático. Porém, se combinado a outras cores como branco e azul fica mais atraente e como fala Grund: “juntos, eles remetem ao universo da ciência, da reflexão e da objetividade” (GRUND, 2015, p.72).

O preto, como todos devem saber, é a cor do luto e nos remete à tristeza, além de ser considerado uma “não cor” por ser a ausência de luz. Traz também um certo mistério a quem o usa, assim como respeito ou admiração. Na moda, é uma cor elegante e se associa com o luxo, mas é mais aceita pelos jovens do que pelos mais velhos, pois pode ter relação com o fim da vida.

Como pudemos perceber, os uniformes domésticos seguem um certo padrão, seus modelos e cores são muito parecidos e algumas vezes até iguais, mudando pequenos detalhes ou o tecido, mas também são semelhantes e possuem características bem próximas, oferecendo os mesmos benefícios como conforto, durabilidade e praticidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os fatos, análises, discussões, imagens e a história, acreditamos que o uniforme não é apenas uma roupa, mas carrega consigo uma função - mas qual?

Muitos já entraram em casa de amigos ou parentes e, possivelmente, já devem ter se deparado com uma pessoa em trajes diferentes dos outros indivíduos e logo associou que aquela pessoa era a empregada. Aí está uma de suas funções: identificar o funcionário. Mas não é somente isso. Essa pessoa pode estar vestindo uma de suas roupas, geralmente roupas mais esfarrapadas para não correr o risco de estragar roupas novas, ou pode então, vestir um uniforme limpo, sem rasgos ou manchas. Esta veste demonstra asseio, organização e cuidado, tanto do patrão quanto do empregado. Sendo esses alguns dos motivos pelos quais os patrões exigem o uso do uniforme, mas essa escolha pode vir também da própria doméstica, porque é uma maneira de poupar suas roupas.

Consideramos que estes sejam aspectos positivos do uso do uniforme, mas também é uma maneira de segregação. Da mesma forma que é possível identificar a empregada, é uma forma de dizer que ela não faz parte da família e nem daquele ambiente, muito menos da mesma classe social, temos a sensação de que a pessoa é alheia a todos e está lá para servir a seus patrões e convidados, como se a partir do momento em que a veste, concorda e aceita tudo que venha de seus superiores – a começar pelo próprio uniforme, que é comprado pelo empregador, conseqüentemente escolhido a seu gosto.

Os uniformes têm um preço bem acessível, sendo mais um incentivo para que os empregadores o adotem. Mas para que esses preços sejam acessíveis, sabemos que a mão de obra, a matéria prima e o *design* nem sempre serão de qualidade. Apesar de serem feitos com tecidos resistentes que são adequados para as atividades dessa profissão, são tecidos baratos e os uniformes domésticos não têm cortes com bom caimento e nem um *design* diferenciado. Como já falamos, esses trajes são praticamente iguais em quase todas as fabricantes. As roupas não valorizam seus usuários e suas cores também não os destacam, e o resultado disso é a invisibilidade dos empregados perante a sociedade.

Podemos até pensar que cada profissão tem o seu uniforme ou um código de vestimenta. Os médicos usam roupas brancas acompanhadas de jalecos, as aeromoças, roupas elegantes e bonitas, os advogados estão sempre com roupas sociais e então, os empregados com seus aventais.

Questionamos então o porquê dos uniformes das aeromoças serem tão bonitos, com uma boa aparência e o da doméstica não. Em um de seus textos, Marcelo Madureira, ao dar sua opinião sobre o uniforme das babás, diz que:

Quanto aos uniformes, me parece que depende do que ficar combinado no contrato de trabalho. A mim causa estranheza esses uniformes de “mucama”. O fato é que isso mostra de forma bem clara (com bastante trocadilho, fazendo o favor) a questão do preconceito no Brasil. Preconceito que não é só de natureza racial, é social também. E este é mais um assunto que a sociedade brasileira se recusa a enfrentar com a devida seriedade. Seriedade no bom sentido, que fique claro, sem demagogia e pieguice. (MADUREIRA, 2016)

Refletindo sobre o uso atual dos uniformes em relação ao passado, podemos notar que a função mantém-se a mesma: dividir as classes e identificar o mais abastado do menos abastado. Na França de Luis XIV, os criados eram bem vestidos, mas não tanto quanto os aristocratas e não podiam nem tentar se igualar a eles, pois não era permitido. Os escravos no Brasil mal tinham roupas para vestir e usavam trapos, situação completamente diferente de seus senhores, que usavam roupas bonitas e confortáveis. E assim acontece nos dias de hoje, os empregados continuam usando roupas diferentes dos seus patrões, com qualidade inferior e que, muitas vezes, é exigida e escolhida por eles.

O fato é que, em pleno século XXI, ainda há resquícios da época escravocrata no Brasil e por isso nos deparamos com tanto preconceito e diferença social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRAIK, Jennifer. A política cultural do uniforme. In: **Fashion Theory**, Londres, v.7, n.2, p. 127-147, jun. 2003.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: SENAC, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

EPPINGER, Russel E. **School Uniforms: does what students wear really make a difference?** Disponível em:
<http://www.newfoundations.com/PracEthics/Eppinger.html> Acesso em: 5 mar. 2017.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Entre a Igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UNICAMP/SP, 2010.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. “Uniforme de trabalho e a emancipação feminina: das companhias aéreas à siderurgia.” In: BONADIO, Maria e MATOS, Fátima. **História e Cultura de Moda**, São Paulo, 2011, p. 60-81.

GRUND, Arlindo. **Nada para vestir**. São Paulo: Plantea, 2015.

LURIE, Alison. **A Linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MADUREIRA, Marcelo. **Babás, mucamas e manifestações**. Disponível em:
<http://www.casseta.com.br/madureira/2016/03/14/babas-mucamas-e-manifestacoes/>
Acesso em: 21 mai. 2017.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII –XVIII)**. São Paulo: SENAC, 2007.